

POLÍTICA DE MICROCRÉDITO RURAL NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE: RESULTADOS DO AGROAMIGO NA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA (PNSC)

RURAL MICROCREDIT POLICY IN THE SEMIARID PIAUIENSE: RESULTS OF AGROAMIGO IN THE NATIONAL PARK REGION OF SERRA DA CAPIVARA (PNSC)

Marcus Vinícius de Sousa Lopes

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (UFPI)
marcus.lopes@ufpi.edu.br

Jaíra Maria Alcobaça Gomes

Docente de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Universidade Federal do Piauí (UFPI)
jaira@ufpi.edu.br

Mariane Gorette de Sa Bezerra Leal

Docente do curso de graduação em Administração da Universidade Federal do Piauí (UFPI)
mariane.gorette@ufpi.edu.br

Grupo de Trabalho (GT): 11 - O papel do Banco do Nordeste no desenvolvimento rural

Resumo: O Microcrédito Rural (MR) via Agroamigo do Banco do Nordeste (BNB) é um instrumento de inclusão produtiva e financeira que visa dinamizar as economias locais por meio da orientação ao crédito. Essa política do no contexto do semiárido piauiense tem sido significativa na vida dos sertanejos que vivem em condições adversas, marcadas por restrições climáticas e territoriais. Nesse sentido, o estudo justifica-se pela necessidade de analisar os resultados do Agroamigo no contexto específico da região do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC), abrangendo os municípios de Brejo do Piauí, Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato, situados em seu entorno. O objetivo é analisar os recursos e atividades financiadas pelo programa nesses municípios e descrever o desenvolvimento do acesso ao crédito entre as famílias beneficiárias. Foram analisadas 2.875 operações entre 2010 e 2024. Os resultados indicam que o programa favoreceu a diversificação produtiva rural, embora com disparidades territoriais. Em São Raimundo Nonato e Coronel José Dias, destacaram-se as atividades não agrícolas e a apicultura associadas ao turismo sustentável, enquanto João Costa e Brejo do Piauí mantiveram o foco na pecuária adaptada ao semiárido. No entanto, as desigualdades persistem, especificamente em termos de gênero, já que apenas 37,69 % dos recursos foram acessados por mulheres. Assim, o MR contribui para a geração de alternativas produtivas e de renda, mas requer maior sensibilidade territorial e políticas complementares voltadas à equidade e sustentabilidade.

Palavras-chave: Crédito Produtivo Orientado. Crédito Rural. Desenvolvimento Local.

Abstract: The Rural Microcredit (RM) via Agroamigo do Banco do Nordeste (BNB) is a productive and financial inclusion instrument that aims to boost local economies through credit orientation. This policy in the context of the semiarid region of Piauí has been significant in the life of sertanejos that live in adverse conditions, marked by climatic and territorial restrictions. In this sense, the study is justified by the need to analyze the results of Agroamigo in the specific context of the region of the Serra da Capivara National Park (PNSC), including the municipalities of Brejo do Piauí, Coronel José Dias, João Costa and São Raimundo Nonato, located in its surroundings. The objective is to analyze the resources and activities financed by the program in these municipalities and describe the development of access to credit among beneficiary families. 2,875 operations were analyzed between 2010 and 2024. The results indicate that the program favored rural productive diversification, although with territorial disparities. In São Raimundo Nonato and Coronel José Dias, non-agricultural activities and beekeeping associated with sustainable tourism stood out, while João Costa and Brejo do Piauí maintained the focus on livestock adapted to semiarid. However, inequalities persist, specifically in terms of gender, since only 37.69% of the resources were accessed by women. Thus, RM contributes to the generation of productive and income alternatives, but requires greater territorial sensitivity and complementary policies aimed at equity and sustainability.

Keywords: Productive Credit Oriented. Rural Credit. Local Development.

1 INTRODUÇÃO

A política de Microcrédito Rural (MR) configura-se como uma estratégia de inclusão produtiva e financeira voltada a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais e microempreendedores rurais. Com propósito de ampliar o acesso ao crédito por meio de mecanismos simplificados, com condições compatíveis à realidade do campo, como juros reduzidos e prazos adaptados aos ciclos produtivos (BNB, 2024). Essa política visa fortalecer a agricultura familiar (AF), combater a pobreza rural e dinamizar as economias locais.

Na região o semiárido piauiense, destacam-se programas como o Agroamigo, instituído pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), esse programa fundamentado na metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com o objetivo de fomentar a geração de renda e qualificar a utilização da força de trabalho familiar. Para isso, promove o financiamento de atividades produtivas e serviços vinculados ao meio rural, abrangendo tanto empreendimento agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos no próprio estabelecimento rural. Essa abordagem visa articular crédito, orientação e desenvolvimento territorial de forma integrada, promovendo inclusão econômica com base na realidade produtiva local e na sustentabilidade (Machado; Barbosa; Silva, 2023).

A finalidade dessa política é contribuir para o desenvolvimento da AF mediante a concessão de MR orientado e acompanhado de forma sustentável, promovendo o incremento de renda das famílias beneficiadas. Além disso, o programa inclui a criação de empregos rurais, maior oferta de alimentos, inclusão social e econômica dos agricultores, redução da pobreza, êxodo rural e baixo índice de inadimplência (BNB, 2024).

Dessa maneira, este estudo possui o intuito de analisar os recursos e as atividades aplicados pela política de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do grupo B, via Agroamigo, nos municípios do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara, entre 2010 e 2024. Assim como, descrever o desenvolvimento, do acesso ao crédito rural nos municípios de Brejo do Piauí, São Raimundo Nonato, Coronel José Dias e João Costa durante o período.

Para analisar os resultados dessa política de microcrédito rural, torna-se fundamental confrontar os resultados esperados com os efetivamente alcançados, de modo que identifique seus avanços, desafios e potencialidades (Januzzi, 2011). Nesse sentido, Draibe (2001) defende a necessidade de uma análise contextualizada, que considere a complexidade das relações sociais e a multiplicidade de fatores que influenciam os resultados de uma política pública. Sob

essa perspectiva, essa política é compreendida como uma investigação *ex post*, uma vez que examina os efeitos e impactos do programa após um período de sua implementação.

Assim, a pesquisa fundamenta-se na necessidade de aprofundar a compreensão acerca dos resultados do Agroamigo, especificamente nas comunidades rurais que residem no entorno de uma área ambiental como o PNSC, que necessita de equilíbrio entre a conservação e o desenvolvimento local. Assim, a realização de uma análise dos resultados e dos desafios inerentes à política de MR Agroamigo mostra-se fundamental, pois a mera implementação de políticas públicas não assegura, por si só, a concretização de seus objetivos sociais precípuos.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

As Políticas Públicas mostram-se um permanente instrumento de inclusão social, que compreende desde capacidade técnica de elaborar e implementar um determinado programa, as contendas orçamentárias, e as combinações e recombinações de interesses em cada etapa do ciclo (Fonseca, 2013). Diante disso, as Políticas Públicas referem-se ao processo de idealização de intervenções junto à realidade social, por meio de instrumentos estruturado pelo Estado para interferirem na garantia do bem-estar social.

O Estado cria essas políticas em resposta às demandas que emergem da sociedade, abrangendo preferências e escolhas privadas, sendo que as decisões são definidas pelos atores políticos, com a finalidade de regular e controlar o bem público (Little, 2003). Dessa forma, o Estado assume um compromisso de longo prazo por meio da execução das políticas públicas que se mostram relevantes em diferentes setores da vida social (Peccatiello, 2011).

No contexto rural, as Políticas Públicas evidenciam contradições estruturais entre o discurso da inclusão e a prática da execução. Apesar de o Estado reconhecer a importância do meio rural para o desenvolvimento econômico e social, as políticas voltadas a esse espaço muitas vezes se configuram como respostas pontuais e descontinuadas, sem promover transformações estruturais capazes de reduzir as desigualdades históricas que marcam o campo brasileiro.

Em relação as políticas públicas voltadas para AF, segundo Grisa e Schneider (2015) relatam que essas políticas para o setor, passaram por três gerações, que são: primeira geração surgiu na década de 1990, que tinha como objetivo de integrar a AF ao mercado com a produção de alimentos e criação de empregos. Essas políticas, que incluem programas de assentamentos rurais e seguros de produção e preços, que visa atender às necessidades específicas desse setor, e que essas políticas ainda estão em atividades até hoje e recebe a maior parte dos recursos, em específico o crédito rural, que continua sendo o principal mecanismo de modernização da AF.

Na segunda geração de políticas públicas no Brasil no período de 1997, estão voltadas para combater à pobreza e para o desenvolvimento da AF. Após a criação do PRONAF, houve a percepção de que o Estado precisava atuar de forma mais eficaz para as políticas da AF e combater a pobreza rural. Já a terceira geração de políticas para o setor foram a partir do período de 2000, com a implantação do Programa Fome Zero, além dessa iniciativa acrescentou-se outras, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Política Nacional (PNAE), Microcrédito Produtivo Orientado entre outras (Grisa e Schneider, 2015). Essas iniciativas têm como objetivo de promover o acesso aos alimentos, estimular a produção diversificada e agroecológica, e garantir a qualidade dos alimentos.

Porém, apesar de terem surgido em momentos diferentes, essas três gerações de políticas públicas convivem na arena pública, mas nem sempre de forma harmoniosa. Há tensões entre os diferentes setores agrícolas, agroecológicos, sociais e de segurança alimentar. Essas tensões variam conforme o jogo do poder, eleições, negociações governamentais, contexto político e econômico, capacidade de pressão dos sindicatos e movimentos agrícolas familiares (Grisa e Schneider, 2015).

Em relação às Políticas Públicas destinadas ao combate da pobreza rural, e a promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental passou a ter mais visibilidade e ser reconhecida como categoria social produtiva no Brasil, a partir da década de 1990. No Quadro 1 apresenta as principais políticas públicas voltadas para AF, que compreende o período de 1996 a 2023.

Quadro 1 – Cronologia das principais políticas públicas para agricultura familiar no Brasil

Ano	Política	Instrumento	Descrição
1996	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).	Decreto nº 1946	Os objetivos do programa são fortalecer a AF e proporcionar apoio técnico e financeiro, contribuindo para a geração de emprego e renda, melhorar a qualidade de vida dos agricultores e promover o desenvolvimento rural.
1998	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Lei Complementar nº 93/1998, regulamentada pelo Decreto nº 4.892/2003.	O propósito desse programa é facilitar o acesso à terra, com a meta de mitigar a pobreza nas áreas rurais. Adicionalmente, a iniciativa busca criar oportunidades, fomentar a autonomia e fortalecer a AF, aumentando a renda e garantindo a segurança alimentar para os trabalhadores rurais que não possuem terra ou possuem propriedades limitadas.
2002	Seguro da Agricultura Familiar (SEAF).	Lei nº 10.420/2002, alterada pela, Lei nº 10.700/2003.	O objetivo desse Fundo é proporcionar segurança aos agricultores que enfrentaram perdas em sua produção agrícola durante períodos de escassez.
2003	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Lei nº 10.696	Com duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivara AF. Esses dois objetivos do programa compram alimentos produzidos pelo setor, possui dispensa de licitação, e os destina às pessoas em

			situação de insegurança alimentar e nutricional e e pelos setores públicos de alimentação e nutrição.
2006	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)	Decreto nº 5.996	A finalidade desse programa é oferecer suporte aos AF que participam do PRONAF. Isso é realizado por meio da vinculação do financiamento a um preço de garantia, que seja equivalente ou próximo ao custo de produção.
2006	Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais	Lei nº 11.326/2006, regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017	Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à AF e Empreendimentos Familiares Rurais.
2009	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Lei nº 11.947	O objetivo do programa é a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado.
2010	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).	Lei nº 12.188	O objetivo do PNATER para os agricultores familiares em suas atividades rurais possui a finalidade de promover assistência técnica e de fortalecer e desenvolver as atividades agropecuárias.
2013	Programa Nacional de Educação do Campo.	Lei nº 12.816	Lei que alterou a Lei 12.513/201 que dispõe ao Pronatec Campo as ofertas no âmbito do PRONACAMPO com apoio do Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
2020	Selo Biocombustível Social	Portaria nº 121	O Selo confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão produtiva dos agricultores familiares enquadrados no PRONAF que forneçam a matéria prima.
2023	Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF)	Decreto nº 10.527	O selo é direcionado a agroindústrias, cooperativas e associações que possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), com o intuito de fortalecer a comercialização dos produtos no mercado.
2023	Programa Nacional de Apoio à Qualificação da Gestão dos Empreendimentos da Agricultura Familiar	Portaria nº 26	O programa Mais Gestão possui como finalidade a promoção do fortalecimento de empreendimentos produtivos liderados por cooperativas, associações e agroindústrias no âmbito da AF. Este esforço é canalizado principalmente por meio da qualificação aprimorada dos sistemas de gestão e da facilitação do acesso aos mercados.

Fonte: Brasil (2023), sistematizados pelos autores (2024).

De acordo com descrito no Quadro 1, o PRONAF se destaca entre as políticas mencionadas, sendo a parte relevante no contexto da história da AF no Brasil. A política de crédito rural que foi criada em 1996, teve a ascensão do programa ao longo dos anos culminando em 2006, na instituição da Lei que definiu as diretrizes para a Política Nacional da AF (Schneider, Cazella e Mattei, 2004). No entanto, destaca-se que até meados da década de 1990 não existia uma política pública nacional abrangente para os agricultores familiares.

Ainda conforme Schneider, Cazella e Mattei (2004), tornou-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como o PRONAF, instituído pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, com a finalidade de financiar custeios e investimentos destinados a esse segmento produtivo (Brasil, 1996).

Contudo, somente em 2006, com a promulgação da Lei nº 11.326, de 24 de julho, foram estabelecidas as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar.

Nesse contexto, a referida lei regulamentou e reconheceu oficialmente a agricultura familiar como categoria social específica, delineando princípios e orientações para a consolidação de políticas públicas direcionadas ao seu fortalecimento. Essas ações do PRONAF fortaleceram a AF, a inclusão social e econômica desses agricultores, que muitas vezes enfrentam desafios para se sustentar no campo. Por meio de políticas de crédito específicas, o programa busca diminuir as desigualdades enfrentadas no campo, fomentando o crescimento do setor e a melhoria de vida no campo dos agricultores familiares.

Do ponto de vista econômico, os investimentos realizados por meio do PRONAF em específico do grupo B e operacionalizado pelo Agroamigo dinamizam as economias locais e regionais, gerando efeitos multiplicadores nas cadeias produtivas e nos pequenos comércios locais. No entanto, na visão de Araújo (2018) diz que o Brasil do século XXI precisa enfrentar o desafio estrutural da desigualdade social e regional, identificando no Nordeste rural um território emblemático das fraturas históricas do país, embora que, tenham ocorrido avanços por meio de políticas redistributivas, como os programas de transferência de renda, ainda são tímidas as mudanças estruturais que poderiam transformar de fato a realidade do campo nordestino.

Assim, a Política de Crédito Rural voltada à AF no semiárido configura-se como uma ferramenta de combate à pobreza rural, valorização desse público e de convivência com semiárido. Pois, sua eficácia, no entanto, depende da continuidade das políticas públicas, da integração com outras ações estruturantes e da valorização dos saberes e práticas locais.

2.1 O Crédito Produtivo Orientado: metodologia do Agroamigo

A concepção do Crédito Produtivo Orientado (CPO) no Brasil foi formalizada a partir da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO (Brasil, 2005). Esta legislação teve como objetivo central ampliar o acesso ao microcrédito para empreendedores populares, oferecendo condições facilitadas de financiamento, taxas de juros diferenciadas e, principalmente, suporte técnico por meio de instituições habilitadas. Assim, o Crédito Produtivo Orientado se consolida como uma política de crédito de caráter inclusivo, ao incorporar dimensões pedagógicas e de assistência técnica que ampliam o impacto econômico e social do financiamento junto aos microempreendedores populares.

Alinhado com as diretrizes da PNMPO surge o Agroamigo, criado em 2005 se constitui como estratégia de MR instituída pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e operacionalizado pelo Instituto Nordeste Cidadania (INEC), sendo o BNB responsável pelo acompanhamento, supervisão e fiscalização do cumprimento do termo de parceria, assegurando também o suporte técnico e institucional necessário à atuação do INEC.

Do ponto de vista legal, o Agroamigo encontra respaldo tanto na Lei nº 11.110/2005, que fundamenta a metodologia do crédito orientado, quanto na Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que instituiu o PRONAF, regulamentado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (Brasil, 1996). Ademais, o programa está inserido nas políticas operacionais do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), conforme previsto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regula a aplicação dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

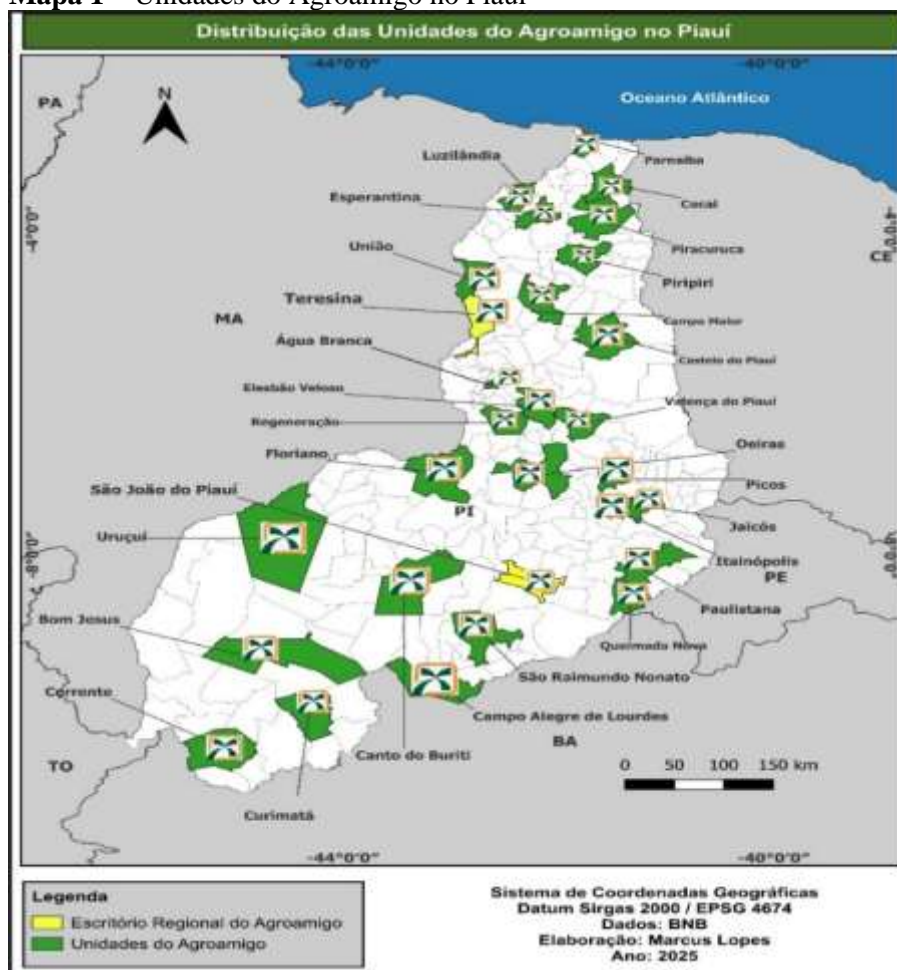
Dessa maneira o FNE tem como finalidade central promover o desenvolvimento regional, sendo direcionado à redução das desigualdades sociais e territoriais no âmbito da região Nordeste. O Fundo viabiliza financiamentos de longo prazo e, complementarmente, operações de capital de giro e custeio, contemplando os setores agropecuário, industrial, agroindustrial, turístico, comercial, cultural, de serviços e de infraestrutura.

O Agroamigo foi criado em 2005, para atender os agricultores familiares na linha de crédito financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que, por sua vez, foi criado em 1995. No entanto, a partir de 2012, o programa expandiu seu escopo para incluir outros integrantes, como: Agroamigo Crescer, que atende a linha de financiamento do PRONAF B; Agroamigo Mais, direcionado aos demais grupos, visando à ampliação de suas ações e beneficiando uma gama mais ampla de agricultores.

Assim, o Agroamigo tem ampliado suas atividades sendo reconhecido como o maior programa de microfinanças rurais da América Latina voltado à AF segundo dados do BNB (2024), com aplicação de R\$ 35 bilhões na região Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. No Piauí foram empregados mais de R\$ 4 bilhões de valores de microcrédito orientado em 19 anos de atividade. O programa teve início com o projeto piloto no estado implantados nos municípios em Nazaré e Campinas do Piauí e após se expandindo para as demais regiões, conforme demonstrado no Mapa 1 (BNB, 2024).

Portanto, essa política como as outras tiveram seu foco no semiárido piauiense com destaque para o programa Fome Zero em 2003, a qual foi lançado nos municípios de Acauã e Guaribas no Piauí, onde se possuía o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país na época (Silva, 2006).

Mapa 1 – Unidades do Agroamigo no Piauí



Fonte: BNB (2024), sistematizados pelos autores (2025).

A atuação do Programa Agroamigo, estrutura-se em 31 unidades em funcionamento apoiadas por dois escritórios regionais localizados em Teresina (ao norte) e em São João do Piauí (ao sul), responsáveis pela cobertura nos municípios dos estados do Piauí e Bahia. No que se refere ao capital humano, o programa conta com 168 agentes de microcrédito em atividade. O escritório de Teresina concentra 92 desses profissionais, o que evidencia sua maior abrangência territorial e o volume mais expressivo de clientes atendidos. Já o escritório de São João do Piauí reúne 76 agentes, ampliando a presença do programa em regiões estratégicas do semiárido piauiense. Nos municípios participantes no estudo, a presença de assessores do Agroamigo apresenta a seguinte distribuição: São Raimundo Nonato conta com 3 (três) agentes, refletindo sua posição como polo regional e o maior volume de contratos ativos. Já os municípios de Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí contam, cada um, com 2 (dois) agentes, responsáveis pelo acompanhamento nas comunidades no entorno do PNSC (BNB, 2025).

A descentralização via agências locais permite maior proximidade com os agricultores familiares, facilitando a execução do crédito orientado. Dessa maneira, a presença institucional não apenas favorece o acesso ao crédito, mas também possibilita o acompanhamento técnico e a orientação para diversificação das atividades econômicas.

A metodologia do crédito produtivo orientado e acompanhado, se diferencia do crédito tradicional por meio da presença do agente de microcrédito no território do beneficiário, realizando ações de orientação financeira, acompanhamento técnico e planejamento participativo. Essa metodologia tem como objetivo promover o acesso ao crédito de maneira inclusiva e sustentável, priorizando o atendimento presencial e comunitário, e baseando-se em três pilares fundamentais: orientação prévia, concessão acompanhada e visitas pós-financiamento, conforme demonstrada no Quadro 2, sobre operacionalizado do programa.

Quadro 2 – Metodologia do Programa Agroamigo

Fases	Objetivos	Etapas
1 – prospecção de negócios (pré-venda)	Prospectar novos clientes e divulgar o programa.	1 Mapeamento de mercado – identificação de áreas com potencial de atuação. 2 Abertura de área de trabalho – estabelecimento da presença do Agroamigo nas áreas mapeadas. 3 Promoção e palestra informativa – divulgação dos produtos e serviços aos agricultores familiares.
2 – Concessão do crédito (venda)	Analisar e formalizar a operação de crédito.	4 Solicitação do crédito – agricultores que manifestaram interesse. 5 Cadastro e abertura de conta-corrente – coleta de dados e abertura de conta. 6 Visita prévia – verificação in loco da viabilidade do projeto. 7 Elaboração e formalização da proposta – proposta baseada nas informações coletadas. 8 Pré-análise e validação da proposta – verificação inicial de conformidade. 9 Análise, aprovação e contratação – avaliação detalhada e contrato. 10 Assinatura do instrumento de crédito – formalização do contrato pelo cliente. 11 Desembolso do crédito – liberação dos recursos na conta.
3 – Administração do crédito (pós-venda)	Acompanhar o cliente e gerir a carteira.	12 Visita de acompanhamento – verificação da aplicação dos recursos e orientação. 13 Gestão da carteira – monitoramento contínuo de pagamentos 14 Solicitação de novo crédito (renovação) – para clientes com bom histórico. 15 Cobrança administrativa e recuperação de crédito – ações em caso de inadimplência.

Fonte: BNB (2024), sistematizados pelos autores (2025).

A pré-venda, inicia com o mapeamento de mercados, trata-se de uma etapa estratégica, pois o sucesso das fases posteriores depende de uma prospecção bem estruturada e da capacidade de sensibilizar os agricultores para o uso do microcrédito (BNB, 2025). No entanto, em alguns contextos, os possíveis beneficiários ainda enfrentam barreiras, como: a divulgação que não alcançam todos os agricultores que vivem em áreas remotas, além da informação a desconfiança em relação às instituições financeiras, o que pode limitar a eficácia dessa etapa.

Na etapa venda, o foco recai sobre a concessão do crédito, marcada por um processo formal que envolve desde a solicitação até o desembolso. A metodologia prevê uma sequência

rigorosa de análise, visitas e validações, o que representa um avanço no controle e na segurança das operações (BNB, 2024). Entretanto, essa fase pode se mostrar burocrática e morosa, desestimulando agricultores que necessitam de respostas ágeis para ciclos produtivos sazonais. Além disso, a dependência da análise institucional tende a privilegiar agricultores com maior capacidade organizativa e documental, correndo o risco de excluir os mais vulneráveis, justamente os que mais necessitam do crédito.

Já a etapa do pós-venda, está focada na administração do crédito, que inclui: visitas de acompanhamento, monitoramento da carteira e possibilidade de renovação. Essa etapa é fundamental, pois vai além da concessão financeira, esta oferece acompanhamento técnico e educação financeira para os beneficiários (BNB, 2024). Todavia, a periodicidade e a profundidade das visitas de acompanhamento nem sempre são suficientes, o que reduz a capacidade de orientar adequadamente os agricultores sobre a aplicação correta dos recursos. Ademais, a ênfase na cobrança em caso de inadimplência, embora necessária para a saúde do programa, pode reproduzir práticas de pressão financeira sem considerar as vulnerabilidades socioambientais que afetam a produção rural no semiárido.

3 METODOLOGIA

A área de estudo fica situada no estado do Piauí na região nordeste do Brasil, possui 224 municípios e uma população estimada de 3.271.199 habitantes, com a densidade demográfica (DM) de 12,99 hab/km² (IBGE, 2022), divididos em quatro macrorregiões: Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrado, estes organizam-se em 12 Territórios de Desenvolvimento¹ (TD), para o planejamento e gestão das políticas públicas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,69 em 2021, ocupando a posição de 23º no ranking no Brasil. Já a média do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) é de 42,64 no estado.

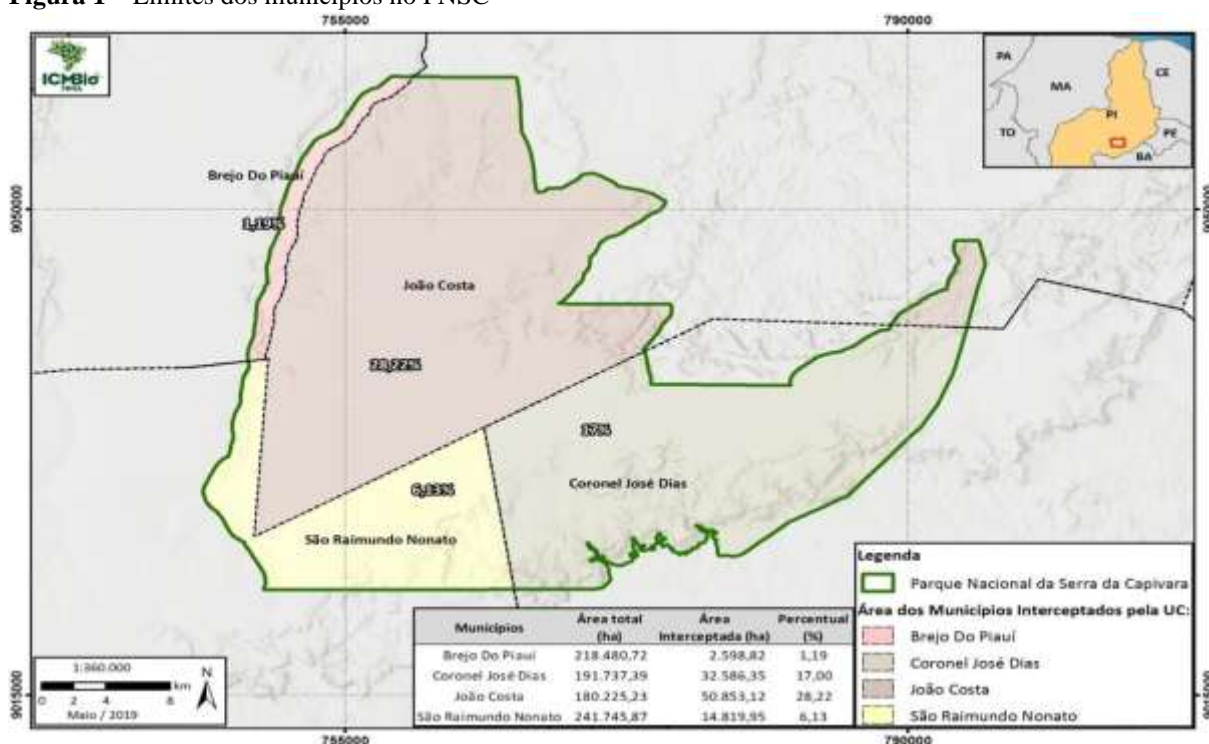
A população envolvida neste estudo é composta pelos beneficiários do programa Agroamigo, que foram beneficiados com o crédito no período de 2010 a 2024 nos municípios de Brejo do Piauí, São Raimundo Nonato, Coronel José Dias e João Costa que ficam no entorno do PNSC. Estes localizados na microrregião do semiárido, no bioma da Caatinga e fazem parte do Território Serra da Capivara.

¹ Distribuição dos TD: Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Chapada Vale do Itaim.

O clima predominante na região é caracterizado por elevadas temperaturas médias anuais entre 21 °C e 39 °C e baixa pluviosidade. A precipitação média anual é de 810 mm, concentrando-se principalmente entre os meses de dezembro-janeiro-fevereiro, o que evidencia a alta concentração sazonal das chuvas (Piauí, 2025). A irregularidade dessas chuvas impacta diretamente nas atividades agropecuária dos agricultores familiares, no abastecimento de água para o consumo humano que são escassos nesses períodos de seca. Para conviver com essas adversidades do clima, os moradores dessa região utilizam de estratégias para captação hídrica, como por exemplo o uso de cisternas.

Portanto, a localização desses municípios no entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) impõe limitações ao uso da terra, conforme demonstrado na Figura 1, além das condições climáticas irregulares. Contudo a região oferece oportunidades para o desenvolvimento de atividades sustentáveis, como o turismo ecológico e a atividades produtivas associada à conservação.

Figura 1 – Limites dos municípios no PNSC



Fonte: Brasil (2019, p. 10).

O parque é uma reserva ambiental criada em 1979, com uma extensão de 129.140 hectares situado no Sudeste, na região do semiárido, do estado do Piauí, a aproximadamente 530 km da capital Teresina. As fronteiras do parque ficam localizadas nos municípios de Brejo do Piauí, São Raimundo Nonato, Coronel José Dias e João Costa (Brasil, 2019).

Esta pesquisa utilizou de levantamento bibliográfico e documental, que subsidiou o embasamento teórico e conceitual do tema investigado, a partir de dados em: documentos públicos em órgãos e entidades que desempenham papéis no contexto da AF nas comunidades rurais no estudo. Entre esses, destacam-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para as informações sobre valores financiados, perfil, demografia, atividades e serviços agropecuários e não agropecuários. Além de artigos científicos, teses, livros eletrônicos e físicos entre outros, que auxiliaram na problematização e contextualização das informações sobre o objeto do estudo.

Também foram coletados dados do Relatório do Agroamigo (2010–2024) da base de dados do BNB, assim como das produções científicas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) disponibilizados em dados aberto da instituição, sobre a evolução do número de contratos e valores do PRONAF B nos quatro municípios de Brejo do Piauí, Coronel José Dias, São Raimundo Nonato e João Costa que ficam situados no entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) no sul do estado do Piauí.

Para o tratamento dessas informações, foram realizadas as análises que incluíram o cruzamento de variáveis e correlações para a apresentações das informações. Essas análises foram organizadas e tabuladas em planilhas eletrônicas, utilizando o *Microsoft Excel*.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo analisou o total de 2.875 operações de MR realizados na linha do PRONAF B, operacionalizado pela metodologia do Agroamigo, sendo montante de R\$ 10.175.382,15 em valores nominais, financiados entre 2010 e 2024 nos municípios de Brejo do Piauí, Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato, apresentando as atividades financiadas, os valores nominais, e identificando tendências temporais, oferecendo subsídios para uma análise do programa na região do PNSC.

Na Tabela 1 apresenta a distribuição dos valores contratados de MR por finalidade produtiva, segundo o gênero dos beneficiários, nos municípios do entorno do PNSC. Os dados evidenciam a diferença nas proporções de participação masculina (M) e feminina (F) nas operações de crédito rural em diferentes atividades agropecuárias e de serviços não agrícolas.

Tabela 1 - Valor contratado por finalidade e gênero (2010-2024)

Finalidade	Gênero	Contratado R\$	%
Apicultura	F	1.794.293,00	34,97
	M	3.336.971,00	65,03
Subtotal		5.131.264,00	100,00
Caprinocultura	F	744.233,00	42,18
	M	1.020.236,00	57,82

Subtotal		1.764.469,00	100,00
Ovinocultura	F	657.108,98	41,72
	M	917.976,00	58,28
Subtotal		1.575.084,98	100,00
Bovinocultura	F	127.449,94	25,27
	M	376.840,00	74,73
Subtotal		504.289,94	100,00
Outras atividades agropecuárias	F	349.097,00	44,92
	M	428.003,64	55,08
Subtotal		777.100,64	100,00
Atividades não agropecuária	F	163.197,58	38,57
	M	259.976,01	61,43
Subtotal		423.173,59	100,00

Fonte: BNB (2024), sistematizados pelos autores (2025).

Na Tabela 1, observa-se que a participação das mulheres nas atividades financiadas de bovinocultura correspondeu a 1,25% do valor total contratado, configurando-se como a menor entre as atividades analisadas. Já nas áreas de ovinocultura (15,48 %) e caprinocultura (17,34 %), a presença das agricultoras foi relativamente mais expressiva, embora os homens ainda concentrem a maior parte dos aportes financeiros. Do total de valores contratados, as mulheres acessaram 37,69% dos recursos, enquanto os homens concentraram 62,31% do montante financiado. Em relação a outras atividades agropecuárias e não agropecuária, incluem-se todas as modalidades produtivas e serviços desenvolvidos no meio rural onde residem os beneficiários, como: suinocultura, avicultura de postura e corte, cultivo de mandioca, artesanato entre outras.

No relatório geral divulgado pelo Banco do Nordeste (BNB, 2024), destaca-se a equidade de gênero como um dos principais diferenciais do Programa Agroamigo, evidenciando que 51% dos financiamentos foram firmados com beneficiárias do sexo feminino. Embora o dado represente um avanço relevante no plano institucional. No entanto nos dados analisados nos municípios no entorno do PNSC, os registros demonstram desigualdade na distribuição por gênero em diferentes atividades produtivas.

Esses dados indicam que a média institucional apresentada pode ocultar disparidades locais significativas. O desempenho das mulheres no acesso ao crédito pode refletir realidades específicas de determinadas áreas mais assistidas ou urbanizadas, não sendo representativo das dinâmicas vivenciadas por comunidades rurais do semiárido piauiense. Portanto, a análise da política pública deve considerar as variações territoriais para não reproduzir uma imagem homogênea que desconsidere contextos de exclusão ainda persistentes.

Em dados gerais sobre o financiamento do Agroamigo na região, aponta que a distribuição do valor contratado e do número de operações por atividade produtiva nos 4

(quatro) municípios revelam que, não apenas o volume expressivo de recursos alocados, mas também a diversidade de finalidades financiadas, conforme destacado na Tabela 2.

Tabela 2: Valor contratado por município e finalidade (2010-2024)

Município	Finalidade (Atividade)	Contratado (R\$)	%
Brejo do Piauí	Apicultura	251.500,00	21,46
	Caprinocultura	261.180,00	22,29
	Ovinocultura	258.200,00	22,03
	Bovinocultura	330.980,00	28,25
	Outras atividades agropecuárias	36.180,00	3,09
	Atividades não agropecuária	33.749,50	2,88
	Subtotal	1.171.789,50	100
Coronel José Dias	Apicultura	1.578.650,00	64,08
	Caprinocultura	416.550,00	16,91
	Ovinocultura	298.450,00	12,11
	Bovinocultura	26.300,00	1,07
	Outras atividades agropecuárias	29.375,00	1,19
	Atividades não agropecuária	114.250,00	4,64
	Subtotal	2.463.575,00	100
João Costa	Apicultura	306.330,00	14,81
	Caprinocultura	775.405,00	37,49
	Ovinocultura	822.472,98	39,76
	Bovinocultura	80.090,00	3,87
	Outras atividades agropecuárias	9.450,00	0,46
	Atividades não agropecuária	74.705,09	3,61
	Subtotal	2.068.453,07	100
São Raimundo Nonato	Apicultura	2.994.784,00	66,97
	Caprinocultura	311.334,00	6,96
	Ovinocultura	195.962,00	4,38
	Bovinocultura	66.919,94	1,50
	Outras atividades agropecuárias	707.595,64	15,82
	Atividades não agropecuária	194.969,00	4,36
	Subtotal	4.471.564,58	100
Total	10.175.382,15		

Fonte: BNB (2024), sistematizados pelos autores (2025).

A Tabela 2 apresenta uma distribuição de investimentos diversificada, o que evidencia uma aplicação do crédito alinhada à promoção da segurança dos meios de vida, em que o objetivo não é apenas maximizar a produção em uma única frente, mas garantir a estabilidade da unidade familiar por meio da diversificação de atividades. No município de São Raimundo Nonato concentra 29,43% dos financiamentos na apicultura, superando a soma dos municípios de Brejo do Piauí, João Costa e Coronel José Dias, que totalizam 21,0% na mesma atividade. Esse resultado indica que, por ser o principal polo urbano e logístico da região, São Raimundo Nonato apresenta um perfil de investimentos distinto, caracterizado pela especialização produtiva associada à diversificação econômica.

As informações também mostram que São Raimundo Nonato destaca-se no financiamento de outras atividades agropecuárias 15,15 %, o que segue um padrão de diversificação produtiva orientado tanto à sustentabilidade ambiental quanto à inserção em

mercados específicos. Outro ponto destacar desse município, é por estar diretamente vinculado ao turismo cultural e ambiental promovido pelo Parque ambiental, demonstra uma capacidade superior de aproveitamento das potencialidades territoriais para além das práticas agropecuárias tradicionais.

Já Coronel José Dias, por sua vez, apresenta participação nas atividades da apicultura 7,29 % o que pode indicar um processo de transição produtiva impulsionado pela presença do crédito orientado e pela valorização de atividades de baixo impacto ambiental. Para Silva e Campos (2020), a diversificação da produção, apoiadas por capacitações técnicas e pela organização dos agricultores, são fundamentais para garantia e estabilidade econômica e autonomia das famílias. Pois, ao investir tanto em produtos de mercado como o mel quanto na base pecuária tradicional e em serviços, o território constrói uma economia local menos vulnerável a choques específicos de um único setor, promovendo uma forma de desenvolvimento mais estável e duradoura.

Este fenômeno é um exemplo que Abramovay (1998) define como o "novo rural", um espaço onde as atividades agrícolas e não-agrícolas se entrelaçam. Pois, a proximidade com a infraestrutura do Parque Nacional Serra da Capivara e o fluxo turístico associado provavelmente impulsionam essa diversificação para o setor de serviços, mostrando que o microcrédito também financia a diversificação das atividades, que vai além da porteira da propriedade alinhando com conservação ambiental.

Por outro lado, João Costa concentram grande parte dos financiamentos nas atividades de caprinocultura (37,49 %) e ovinocultura (39,76%) e Brejo do Piauí na bovinocultura de corte (28,25 %). Estes sistemas, além de se mostrarem mais resilientes à escassez hídrica, têm papel estratégico na segurança alimentar, na geração de renda e na manutenção de laços socioculturais típicos da agropecuária sertaneja.

Esta realidade pode ser explicada por fatores endógenos, como a tradição cultural, a existência de pastagens mais adequadas ou a influência de organizações locais, como: cooperativas e associações focadas nessas cadeias (Veiga, 2004). Essa dinâmica ilustra um ponto central das teorias de desenvolvimento endógeno: as políticas externas, como o programa de microcrédito, que são reinterpretadas e adaptadas pelos atores e instituições locais. Assim, o Agroamigo, em João Costa e Brejo do Piauí, funciona como uma ferramenta para fortalecer o que a comunidade já identifica como sua principal vantagem comparativa, em vez de induzir uma diversificação para novas atividades.

Entretanto, o crédito por si só não é capaz de reverter o quadro histórico de desigualdade que marca o semiárido. O desafio central do Brasil contemporâneo é romper com as estruturas

que perpetuam as desigualdades sociais e regionais, especialmente no Nordeste rural, onde a concentração fundiária, o déficit educacional e a precariedade da infraestrutura limitam o pleno aproveitamento das oportunidades geradas pelas políticas públicas (Araújo, 2010). Nesse sentido, políticas como o MR precisam ser articuladas a ações estruturantes e integradas que considerem a realidade complexa desses territórios.

Portanto, os dados analisados demonstram que a política de MR voltada à agricultura familiar tem gerado resultados significativos no semiárido, desde que aplicada com sensibilidade territorial, orientação técnica e acompanhamento contínuo. Ao promover a diversidade produtiva, apoiar atividades sustentáveis e gerar inclusão econômica, ela cumpre um papel central na construção de alternativas de vida digna para as populações do campo, em consonância com os princípios do desenvolvimento rural sustentável.

5 CONCLUSÃO

A trajetória do Microcrédito Rural no entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC), entre 2010 e 2024, reflete o processo de expansão e consolidação das políticas de desenvolvimento voltadas à agricultura familiar (AF) no Brasil. Inicialmente, o programa adotou um modelo centrado na diversificação produtiva e na segurança da unidade familiar, em consonância com os princípios do microcrédito social. Contudo, ao longo do tempo, observou-se uma transição para um modelo orientado à especialização produtiva e à integração ao mercado, impulsionado pelo fortalecimento de atividades diversificadas na região.

O trabalho apresentou o debate em torno das políticas públicas para a AF, destacando que a execução dessas políticas gerou alternativas sustentáveis que incluem a implantação de projetos agroecológicos, microcrédito, diversificação das atividades rurais. Ademais, o texto discutiu a implementação de estratégias como acesso ao crédito e formação técnica como medidas para fortalecer o setor da AF, destacando a gestão sustentável de recursos naturais e implantação de tecnologias ecoeficientes para conservar meio ambiente no contexto em que as comunidades estão inseridas no entorno do Parque.

Outro ponto a destacar é a equidade de gênero no crédito rural, pois não pode ser avaliada apenas por médias institucionais, mas deve ser analisada com base em dados desagregados territorialmente e por atividade produtiva. A realidade dos municípios do PNSC demonstra que, apesar dos avanços anunciados pela instituição, persistem barreiras significativas que limitam o acesso das mulheres ao microcrédito produtivo orientado, sobretudo nas cadeias mais rentáveis. A superação dessas barreiras exige políticas integradas,

territorialidades e sensíveis às desigualdades estruturais que caracterizam o semiárido piauiense.

Desse modo, os gestores de políticas de fomento devem reconhecer essas distintas dinâmicas locais para desenhar ações mais eficazes, seja fortalecendo as cadeias de valor já consolidadas como demonstrado, ou estimulando a diversificação em áreas onde a especialização pode gerar riscos futuros como em São Raimundo Nonato. Assim, através dessa sensibilidade ao contexto territorial é que o microcrédito poderá cumprir seu potencial como instrumento de desenvolvimento sustentável e equitativo.

No entanto a pesquisa também aponta a necessidade de estudos adicionais para maior compreensão das políticas públicas para a agricultura familiar a nível regional e em nível nacional. Isso pode incluir análises sobre como a compatibilidade entre o crescimento econômico e o uso sustentável dos recursos naturais, bem como os desafios enfrentados na implementação de políticas e práticas sustentáveis e a efetividade dessas políticas e seus impactos na desigualdade regional, e a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: 2 ed. Campinas: Hucitec, 1998.

ARAÚJO, Tania Bacelar. Comunicação de Tania Bacelar - Encerramento. **Cadernos do Desenvolvimento**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 245–249, 2018. Disponível em: <https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/cdes/article/view/284>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório do Pronaf B: 2010 a 2024**. Fortaleza - CE: BNB, 2024. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45735/6192659/Relat%C3%B3rio+Agroamigo+2024.pdf/60d66a56-f39b-0727-8773-ef4cc55be6de?version=1.1&t=1744295354429>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Regulamenta o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Brasília - DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111110.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília - DF. Presidência da República, 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). São Raimundo Nonato – Piauí, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/parna-da-serra-da-capivara/parna-da-serra-da-capivara>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. **Políticas públicas para Agricultura Familiar**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Brasília - DF, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 28 dez. 2023.

DRAIBE, Sonia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo B. de (Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 3, p. 402 a 418, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/8862>. Acesso em: 19 jan. 2024.

GOMES, Jaíra Maria Alcobaça; CARVALHO, José Natanael Fontenele de. *Agroamigo e Agenda 2030: os liames entre microcrédito e os ODS no estado do Piauí*. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 54, suplemento especial, p. 77-95, jul. 2023.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 125–146, jan./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça cidades e estados do Brasil: 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>. Acesso em: 13 set. 2023.

JANUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.36, jan./jul, 2011.

LITTLE, Paul E. **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIDEB, 2003.

MACHADO, Luiz Sérgio Farias; BARBOSA, Cristiane Garcia; SILVA, Alísson Ribeiro da. Agroamigo, 18 anos: inclusão e sustentabilidade no campo por meio do maior programa de microfinança rural do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 54, suplemento especial, p. 9-22, jul. 2023.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.24, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/21542/17081> Acesso em: 08 nov. 2023.

PIAUÍ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. **Boletim de situação hidrometeorológica**. Disponível em: <https://www.semarh.pi.gov.br/servicos>. Acesso em: 02 maio 2025.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmicarecente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, Luis Paulo Rodrigues; CAMPOS, Leonardo Gama. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar no município de Miracema – RJ. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/4576/3378>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, Robson Roberto da. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1–19, 2006. Disponível em: <https://puhrs.emnuvens.com.br/fass/article/view/1014>. Acesso em: 20 jun. 2025.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 56, n. 2, p. -29, 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200016. Acesso em: 18 out. 2025.